

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em 2006, a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT) adotou um plano de recuperação para o atum-rabilho no Atlântico Este e no Mediterrâneo, o qual tem permitido um aumento das unidades populacionais da espécie. Em consequência, a ICAAT tem aumentado gradualmente as quotas de pesca do atum-rabilho.

Em 2016, a quota nacional foi de 332 toneladas, usada na quase totalidade pelas armações de atum existentes no Algarve (pertencentes a duas empresas, a Tunipex e a Real Atunara); em 2017 registou-se novo aumento da quota nacional, em cerca de 20%.

Apesar de, nos últimos anos, a quota atribuída aos 8 estados-membros da União Europeia envolvidos na pesca do atum-rabilho (Espanha, França, Itália, Croácia, Grécia, Portugal, Malta e Chipre) ter aumentado gradualmente (cerca de 20% ao ano), a quota nacional continua a representar uma pequena fração da quota total. A defesa do interesse nacional impõe que o Governo se empenhe no aumento do peso relativo da quota atribuída a Portugal.

No passado dia 24 de julho, uma delegação do PCP visitou a empresa Tunipex, tendo sido informada que a capacidade instalada na armação de atum localizada na Área Piloto de Produção Aquícola da Armona está subaproveitada devido à exiguidade da parte nacional da quota atribuída à União Europeia para a pesca de atum-rabilho.

Na armação da Tunipex é capturado o atum de direito ou selvagem (que se dirige para o Mar Mediterrâneo para a desova) e o de revés (que regressa ao Atlântico Norte depois da desova). Este último é magro, pelo que, após a captura, é mantido na armação para a engorda. Em 2017, a Tunipex capturou cerca de 240 toneladas de atum-rabilho, dos quais três quartos são atuns de revés. Cerca de 90% do atum capturado pela Tunipex é destinado à exportação (mercado japonês). Esta empresa tem 60 trabalhadores, dos quais 56 pescadores.

Pelo exposto, com base nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério do Mar, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Ministério do Mar que a quota portuguesa para a captura do atum-rabilho é muito pequena, quando comparada, por exemplo, com as quotas espanhola e francesa?
2. Que diligências tem feito o Ministério do Mar no sentido de aumentar o peso relativo da quota nacional na quota total atribuída à União Europeia para a pesca de atum-rabilho?
3. É previsível que, a curto prazo, o peso relativo da quota nacional venha a aumentar?
4. Tenciona o Governo manter o atual sistema de captura livre (também denominado quota olímpica, em que se põe termo à captura de atum-rabilho quando se atinge a quota nacional, independentemente das capturas realizadas por cada empresa)?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 26 de Julho de 2017

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)